

***RELEASE divulgado via e-mail, em 28/11/03, pela Secretaria Executiva do Consórcio PCJ***

Prezados Colegas,

25% dos valores a serem arrecadados com a cobrança pelo uso da água serão retidos para aplicação em outros locais.

A maioria dos representantes dos Comitês de Bacias aceitaram essa proposta.

Segue, abaixo, o "release" elaborado pela Assessoria de Imprensa do Consórcio PCJ a respeito do assunto.

Dalto Favero Brochi  
Consórcio PCJ

---

**Cobrança pelo uso da água: PCJ resiste, mas comitês aceitam retenção de 25%**

Em reunião ocorrida ontem à tarde, no Instituto de Engenharia, em São Paulo, envolvendo presidentes e representações de 16 dos 21 comitês de bacias do Estado pode ter definido o impasse sobre a cobrança pelo uso da água. Isso porque 15 comitês resolveram aceitar a proposta do Governo do Estado de retenção de 25% dos recursos financeiros da cobrança, os quais devem ficar no Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (Fehidro), sob a administração do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos. A retenção de parte dos recursos da cobrança pelo uso da água é a condição imposta pelo executivo estadual para que o Projeto de Lei nº 676/00, que regulamenta a cobrança e é de autoria do próprio Governo, seja encaminhado para a votação pelo presidente da Assembléia Legislativa, Sidney Beraldo (PSDB). Com isso, a matéria deve ser votada nos próximos dias. “Diante desse posicionamento da maioria dos comitês, com certeza o projeto de lei será votado até o próximo dia 15”, garante o deputado João Carlos Caraméz (PSDB), que defendeu a proposta do governo na reunião.

A única manifestação contrária à retenção e em defesa da aplicação total dos recursos da cobrança na região onde foram arrecadados partiu do prefeito de Rio Claro e presidente dos Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, Cláudio Antônio de Mauro (PV). “Nós vivemos um drama da escassez na região PCJ e a cobrança pelo uso da água vem sendo tratada como um pacto pela recuperação dos recursos hídricos. À medida que houver uma separação de parte dos recursos pelo Governo, a cobrança vai se configurar um imposto. Por isso o Comitê PCJ não vai pactuar desse acordo”, enfatizou.

O deputado João Caraméz defendeu a proposta do executivo argumentando que o dinheiro retido não irá sair do Fehidro e por isso não será um imposto. Caraméz explicou ainda que a proposta do Governo é manter os recursos financeiros na área de gestão dos recursos hídricos, no entanto, privilegiando as regiões com menor arrecadação com a cobrança. As três regiões com potencial de maior arrecadação e que, provavelmente, vão subsidiar grande parte do Estado são: Alto-Tietê (Grande São Paulo), Piracicaba, Capivari e Jundiá (envolvendo a RMC) e Paraíba do Sul (região de São José dos Campos).

À exceção do Comitê PCJ, a possibilidade de redistribuição dos recursos financeiros da cobrança foi

defendida por todos os presidentes de comitês presentes, que assinaram uma carta de apoio à proposta do Governo. Pactuaram da decisão: o presidente do Comitê do Alto-Tietê, Junji Abe, o presidente do Comitê do Baixo Pardo e Grande, Paulo Roberto Fiatikoski, a presidente do Comitê do Baixo Tietê, Maria de Lourdes Marques Mello, o presidente do Comitê do Rio Mogi-Guaçu, João Alborguete, o presidente do Comitê do Litoral Norte, Manuel Marcos de Jesus Ferreira, o presidente do Comitê do Turvo Grande, Germano Hernandes Filho, o presidente do Comitê do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, Décio José Ventura, o presidente do Comitê do Médio Paranapanema, Roque Joner, o presidente do Comitê do Rio Paraíba do Sul, Benedito Jorge dos Reis, o presidente do Comitê do São José dos Dourados, Ialcir Carlos Mendes, o presidente do Comitê do Rio Pardo, Celso Luiz Ribeiro(atraves de ofício), o presidente do Comitê do Tietê-Batalha, Hubaldo José Massari Júnior (atraves de ofício), o presidente do Comitê do Sorocaba e Médio Tietê, Renato Amary (atraves de ofício) e o presidente do Comitê do Pontal do Paranapanema, Divaldo Pereira de Oliveira (atraves de ofício). Representantes do Comitê Tietê-Jacaré se abstiveram e justificaram o posicionamento por não terem submetido a proposta à todos os integrantes do colegiado.

**Secretaria Executiva do Consórcio PCJ ([consorcio@agua.org.br](mailto:consorcio@agua.org.br))**